

IX Encontro ABCP
Brasília, 4 a 7 de agosto de 2014

Área Temática: Eleições e Representação Política

POR QUE OS INCUMBENTES PERDEM ELEIÇÕES: PROBLEMAS DE COORDENAÇÃO?

Julia Mantovani Guerreiro

EAESP - Fundação Getulio Vargas

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar por que os incumbentes perdem eleições. Há duas importantes investigações a serem feitas dentro deste objetivo. Primeiro, por que o incumbente não tem vantagem frente a novos entrantes? Segundo, se o incumbente sabe que está mais fraco frente ao seu partido ou aos seus eleitores, e que tem chances de perder a eleição, por que decide passar pelo custoso processo da corrida eleitoral, para então não ser bem sucedido? Há certamente problemas de coordenação em jogo, tanto entre deputados e eleitores, quanto entre deputados e seus partidos.

Será feita uma análise dos votos dos candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, seguindo o critério proposto por Katz (1986) e Nicolau (2002) para classificar o tipo de perda: falha do candidato ou fraqueza do partido. Após esta classificação, será feita uma análise para identificar as causas desta derrota quando ela ocorre por falha do candidato. Pretende-se entender se ela se deu por erro de estratégia eleitoral, porque o deputado perdeu apoio da liderança local, ou porque perdeu apoio do seu partido. A fim de responder a estas questões, serão utilizados dois índices de concentração: o índice G (AVELINO; BIDERMAN; PERES, 2011) e o índice QL (BENDAVID-VAL, 1991).

Palavras-chave:

Legislativo Federal; Estratégia Eleitoral; Reeleição; Deputados; Partidos; Concentração Geográfica

Introdução

O Brasil tem um sistema eleitoral com características muito particulares: no legislativo federal, apresenta lista aberta, possibilidade do eleitor votar na legenda, possibilidade dos partidos fazerem coligações, grande número de partidos e candidatos concorrendo, por conta de distritos – estados – que elegem de 8 a 70 candidatos.

Dos 70 deputados federais do estado de São Paulo em 2006, 56 (80%) concorreram à reeleição naquele ano. Dentre estes, pouco mais de 50% foram reeleitos. Nas eleições para deputado federal de 2010, os incumbentes apresentaram melhor desempenho comparado a 2006: dos 58 candidatos à reeleição, 65% (ou 38 candidatos) foram reeleitos. Por outro lado, 35% foram derrotados e não conseguiram permanecer na Câmara dos Deputados.

O objetivo deste artigo é analisar por que os incumbentes perdem eleições. Há duas importantes investigações a serem feitas dentro deste objetivo. Primeiro, por que o incumbente não tem vantagem frente a novos entrantes? Segundo, se o incumbente sabe que está mais fraco frente a seu partido ou a seus eleitores, e que tem chances de perder a eleição, por que ele decide mesmo assim passar pelo processo custoso da corrida eleitoral, para então não ser bem sucedido? Há certamente problemas de coordenação em jogo, tanto entre deputados e eleitores, quanto entre deputados e seus partidos.

Revisão da Literatura

O sistema de representação proporcional com lista aberta interfere na estratégia eleitoral dos candidatos ao legislativo, estimulando a predominância da reputação individual em detrimento da reputação partidária (CAREY; SHUGART, 1995; MAINWARING, 1991). Diversos autores argumentam que o sistema proporcional com lista aberta, junto com presidencialismo e a falta de informação do cidadão médio sobre política, causa falta de coesão e disciplina partidária (AMES, 1995a; MAINWARING, 1991; SAMUELS, 1999). Neste sistema, os deputados eleitos não atribuem a sua eleição ao partido, mas sim ao seu esforço próprio. O eleitor desenvolveu mecanismos para escolher seus representantes na Câmara dos Deputados de maneira personalizada, e não partidária (NICOLAU, 2002).

A premissa de que candidatos ao legislativo têm incentivos para cultivar reputações pessoais se baseia em um outro pressuposto comum na literatura sobre comportamento legislativo, a de que políticos são motivados pelo desejo de se reeleger. Diversas teorias que visam explicar a ação do Congresso, especialmente aquelas vindas dos Estados Unidos, assumem que membros do Congresso se importam muito com a reeleição (ARNOLD, 1990; COX; MCCUBBINS, 1993; MAYHEW, 1974). No entanto, esta premissa gera uma questão intrigante para o caso brasileiro, onde as taxas de rotatividade no Congresso são altas (AMES, 1995a) e, portanto, as taxas de reeleição são mais baixas do que aquelas observadas nos Estados Unidos.

Mais recentemente, alguns autores vêm tentando confirmar estas premissas e propor soluções para alguns destes enigmas. Tavits (2010) testa de maneira empírica e confirma a premissa de que candidatos com experiência política local tendem a ser melhor sucedidos eleitoralmente e, uma vez no Congresso, são mais suscetíveis a votar de maneira independente de seu partido. Shugart, Valdini e Suominen (2005) argumentam que o tipo de sistema de representação proporcional (com lista aberta ou fechada) e a magnitude do distrito eleitoral afetam a probabilidade do candidato apresentar atributos para receber voto pessoal. Outros autores também reforçam a idéia de que a magnitude do distrito é relevante na definição dos incentivos que os deputados têm para cultivar uma reputação pessoal e que estes incentivos aumentam à medida que a competição dentro do partido aumenta (ANDRÉ; DEPAUW; DESCHOUWER, 2012; BERGMAN; SHUGART; WATT, 2013). Mais ainda, Nemoto e Shugart (2013) mostram que o tipo de sistema político afeta também a estratégia do partido para nomear candidatos, e que tanto a estratégia do partido quanto a de candidatos convergem para serem regionalmente concentradas em sistemas de representação proporcional com lista aberta.

É importante diferenciar o “voto pessoal” do “voto local”, principalmente no caso brasileiro. Ao contrário do voto pessoal, que é intransferível, e aumenta à medida que o candidato é amplamente conhecido e considerado por suas qualidades, qualificações, e atividades (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987), o voto local seria determinado pela organização partidária municipal – unidade básica da política no Brasil. Além disso, como o sistema é competitivo – pelo menos entre partidos – os parlamentares não conseguem manter os votos concentrados e, para amenizar os riscos de não se reelegerem, tentariam expandir o seu raio de influência.

Sabe-se, no entanto, que o sucesso ou fracasso de um candidato às eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil depende, além do número de votos que ele recebeu, da atuação do seu partido e do desempenho de outros partidos, entre outros fatores (NICOLAU, 2002). Por isso torna-se importante na avaliação de deputados não reeleitos atribuir pesos aos diferentes motivos de fracasso.

Carey e Shugart (1995) propõem um método para estimar o valor relativo para deputados de reputações pessoais contra reputações do partido, e identificam até que ponto o sistema eleitoral recompensa reputações pessoais dos políticos. Katz (1986), avaliando diversos países avançados com sistemas eleitorais variados, mostra que candidatos perdem mais por motivos pessoais do que por falhas do partido. Além disso, Katz conclui que a magnitude do distrito eleitoral importa: as derrotas pessoais são mais importantes em partidos elegendo mais membros no distrito. Da mesma maneira, Nicolau (2002), avaliando os deputados que se recandidataram nas eleições de 1998 no Brasil, mostra que o contingente dos parlamentares derrotados por outros do mesmo partido (portanto, por falhas do candidato) é superior ao de deputados derrotados pelo fraco desempenho do seu partido.

Com o objetivo de medir a estratégia eleitoral dos candidatos a deputado federal, Ames (1995a) define duas dimensões para avaliar a distribuição espacial dos votos dos candidatos, dentro das quais candidatos traçam geograficamente as suas estratégias de campanha. A primeira, denominada dominância municipal, equivale ao total de votos do candidato como proporção da totalidade dos votos do município. A segunda, a concentração, equivale aos votos do candidato em um determinado município como proporção do total de votos deste candidato em todos os municípios. Combinando as dimensões, chega-se à conclusão que os candidatos podem manter redutos eleitorais – concentrar seus votos em alguns municípios, os quais dominam; dividir grandes áreas metropolitanas com outros candidatos; focar em determinados grupos sociais espalhados por todo o estado; ou ainda dominar diversos municípios espalhados pelo estado.

As medidas de distribuição espacial de votos inicialmente propostas por Ames foram estudadas por Avelino, Biderman e Peres (2011), que então propuseram a utilização do índice “G”, um índice já utilizado na literatura de economia regional, para identificar o grau de concentração eleitoral dos candidatos a deputado federal no estado de São Paulo. Ao contrário do índice proposto por Ames, o índice “G” deduz dos votos observados para um dado deputado a votação que seria esperada para esse mesmo deputado caso os votos fossem distribuídos de forma aleatória entre os municípios.

As estratégias de campanha dos deputados federais também podem ser avaliadas através de um outro índice desenvolvido na literatura de economia regional: o índice de quociente locacional (QL). Ele foi proposto por Bendavid-Val (1991) e avalia a especialização relativa de uma região em categorias de indústrias específicas. No caso da economia política, este índice mede a concentração dos votos recebidos pelo deputado em cada município, controlando para o tamanho relativo do município dentro do estado. O QL permite, assim, avaliar em quais municípios o deputado concentrou os seus votos.

Metodologia

Será feita uma análise dos votos dos candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo, nas eleições de 2002, 2006 e 2010. Serão estudados os candidatos à reeleição em 2006 e 2010, seguindo o critério utilizado por Katz (1986) e Nicolau (2002) para classificar a perda do candidato: ela se deu por falha do candidato ou pela fraqueza do partido?

De acordo com os autores, o deputado não se reelege por falha do partido em duas situações. Na primeira, quando o partido perde força e não é capaz de reeleger todos os candidatos concorrendo à reeleição. Na segunda, quando não há nenhum nome novo com relação à eleição anterior na lista final dos eleitos do partido, isto é, só se reelegem os deputados da legislatura anterior e nenhum candidato novo é eleito. De outro lado, o deputado não se reelege por falha própria quando o partido elege algum nome novo e ele não consegue se reeleger.

De acordo com a literatura, espera-se que a maior parte dos candidatos não seja reeleito por falha própria. Assim, após classificar o “tipo” de perda sofrido pelo candidato não reeleito, será feita uma análise para identificar as causas desta derrota, quando ela ocorre por falha do candidato. Ela se deu por erro de estratégia eleitoral? Se deu porque o deputado perdeu apoio

da liderança local na qual estava vinculado para obter votos em determinados municípios? Ou ainda porque o deputado perdeu apoio junto a seu partido?

A fim de responder a estas perguntas, será utilizado, em primeiro lugar, o índice G de concentração, proposto na literatura de economia política em Avelino, Biderman e Peres (2011), que deduz dos votos observados para um dado deputado a votação que seria esperada para esse mesmo deputado caso os votos fossem distribuídos de forma aleatória entre os municípios (portanto, se um deputado tivesse os seus votos distribuídos exatamente de acordo com a distribuição dos eleitores do estado, seu índice seria zero). Em seguida, será utilizado o índice de quociente locacional (QL), proposto por Bendavid-Val (1991), que avalia a concentração dos votos recebidos pelo deputado em cada município, controlando para o tamanho relativo do município dentro do estado. Um QL igual a 1 significa que o candidato recebeu a quantidade de votos esperada no município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebido por ele. Finalmente, o número efetivo de partidos nos municípios em que o candidato obteve o maior número de votos na sua primeira eleição será estudado.

Nestes casos, espera-se que o candidato que errou a sua estratégia eleitoral tenha se concentrado ainda mais, ao invés de ter se desconcentrado no estado. Estes deputados “errados” devem apresentar um índice de concentração G maior na eleição perdida do que na eleição em que foram eleitos. Assume-se assim que a estratégia correta do deputado deve ser a de começar a angariar votos em alguns poucos municípios e tentar expandir a sua influência geográfica nas eleições seguintes, conquistando novos territórios e fortalecendo ainda mais o seu poder, portanto reduzindo o seu índice G ao longo do tempo. Assume-se também que todos os deputados estão em um “ponto” da curva de concentração em que a expansão para outros municípios (portanto, mais desconcentração) resulta em maior número de votos agregados.

Além disso, espera-se que o deputado que contava com o apoio do prefeito ou alguma outra liderança municipal forte para obter os seus votos apresente um alto índice QL. Uma queda no QL de um deputado no município em que ele apresentou o QL mais alto na primeira eleição pode ser consequência da perda de apoio do deputado frente a uma liderança municipal.

Finalmente, a análise do número efetivo de candidatos do partido, no município em que o candidato obteve o maior número de votos na primeira eleição, ilustrará o que ocorreu com o apoio do deputado dentro do seu próprio partido. Um aumento do número efetivo de candidatos do partido nos municípios em que o deputado domina pode ser consequência da perda de apoio do deputado frente ao seu partido.

Análise dos Resultados

A Tabela 1a mostra o que ocorreu com os candidatos não reeleitos de 2002 para 2006 em termos do número de deputados não reeleitos por partido, o índice G médio destes deputados em 2002 e 2006, a se o partido elegeu novo candidato na eleição de 2006.

Tabela 1a. Não reeleitos em 2006

Partidos	# de Deputados não reeleitos	Índice G médio em 2002 (%)	Índice G médio em 2006 (%)	Variação do Índice G (%)	Variação percentual	Partido elegeu novo deputado
PT	8	30.2	20.5	-9.7	-47.1	sim
PV	1	82.5	83.7	1.2	1.5	sim
PTB	1	1.0	2.3	1.3	57.5	sim
PPS	1	8.7	9.2	0.5	5.5	sim
PMDB	1	14.1	12.6	-1.5	-11.8	sim
PL	1	11.1	6.5	-4.6	-71.0	não
PFL	1	4.5	3.0	-1.5	-51.4	sim
PC do B	1	9.8	3.8	-6.1	-162.2	não

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Em 2006, por exemplo, 15 deputados não reeleitos haviam se candidatado pelo mesmo partido em que haviam sido eleitos em 2002, enquanto 11 deputados trocaram de partido.

Considerando apenas estes 15 deputados (ou seja, mantendo a legenda constante), é possível observar que em apenas dois casos o partido do candidato não foi capaz de eleger um novo nome, nem de manter todos os deputados anteriores – caso do PL e do Pcdob (Tabela 1a). Em todos os outros casos, os deputados não reeleitos deram lugar a novos nomes eleitos pelo partido.

Por qual margem estes candidatos deixaram de ser eleitos? Eles ficaram muito longe do último candidato eleito pelo partido? A coluna (9) da Tabela 1b mostra o percentual de votos do candidato com relação aos votos do último candidato eleito do partido. Nota-se que apenas dois candidatos apresentaram índice relativo maior do que 90%, o que significa que a maior parte dos candidatos não reeleitos não ficou tão próxima do último candidato eleito pelo partido.

Tabela 1b. Não Reeleitos em 2006

	2002			2006			Variação 2006-2002			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
	Votos	Índice G (%)	Partido	Votos	Índice G (%)	Partido	Votos	Índice G (%)	% do último eleito	Classif. Suplente
Candidatos que se mantiveram no partido										
JOVINO CANDIDO DA SILVA	99,357	82.5	PV	37,392	83.7	PV	(61,965)	1.2	89	3
LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO	82,429	1.0	PTB	67,389	2.3	PTB	(15,040)	1.3	59	3
TELMA SANDRA AUGUSTO DE SOUZA	161,198	35.7	PT	89,637	33.5	PT	(71,561)	(2.2)	97	1
IARA BERNARDI	166,138	36.7	PT	77,037	28.7	PT	(89,101)	(8.0)	84	3
DURVAL LOPES ORLATO	95,591	42.9	PT	70,201	22.4	PT	(25,390)	(20.5)	76	4
EUSTÁQUIO LUCIANO ZICA	115,341	25.0	PT	67,346	28.3	PT	(47,995)	3.3	73	6
LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH	147,819	2.2	PT	67,032	1.5	PT	(80,787)	(0.7)	73	7
LUIZ CARLOS DA SILVA	142,812	44.2	PT	59,176	20.3	PT	(83,636)	(23.9)	64	10
ROBERTO GOUVEIA NASCIMENTO	113,494	15.0	PT	58,290	7.9	PT	(55,204)	(7.1)	63	11
ANGELA MORAES GUADAGNIN	153,931	39.7	PT	37,859	21.4	PT	(116,072)	(18.3)	41	14
CLÁUDIO MAGRÃO DE CAMARGO CRÊ	86,108	8.7	PPS	72,791	9.2	PPS	(13,317)	0.5	62	1
PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA LIMA	130,158	14.1	PMDB	92,854	12.6	PMDB	(37,304)	(1.5)	94	1
LUIS ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO	108,474	11.1	PL	70,001	6.5	PL	(38,473)	(4.6)	67	2
ROBSON TUMA	175,366	4.5	PFL	63,824	3.0	PFL	(111,542)	(1.5)	63	5
JAMIL MURAD	95,301	9.8	PC do B	77,523	3.8	PC do B	(17,778)	(6.1)	46	1
Candidatos que mudaram de partido										
ORLANDO FANTAZZINI NETO	123,163	34.9	PT	24,843	34.8	PSOL	(98,320)	(0.2)		
SALVADOR ZIMBALDI FILHO	199,930	1.7	PSDB	41,141	3.3	PSB	(158,789)	1.7		
GILBERTO NASCIMENTO SILVA	240,664	5.4	PSB	72,320	4.1	PMDB	(168,344)	(1.3)		
VICENTE FERNANDES CASCIONE	108,094	42.6	PSB	28,728	35.4	PTB	(79,366)	(7.1)		
JEFFERSON ALVES DE CAMPOS	153,622	3.1	PSB	92,246	3.3	PTB	(61,376)	0.2		
AMAURI ROBLEDO GASQUES	18,421	8.7	PRONA	14,621	1.3	PL	(3,800)	(7.5)		
IRAPUAN TEIXEIRA	673	26.3	PRONA	1,816	3.0	PP	1,143	(23.4)		
ILDEU ALVES DE ARAUJO	382	6.4	PRONA	3,951	10.8	PP	3,569	4.4		
JOÃO HERRMANN NETO	87,090	18.7	PPS	45,908	15.5	PDT	(41,182)	(3.3)		
ANTONIO DELFIM NETTO	131,399	7.0	PPB	38,085	1.2	PMDB	(93,314)	(5.8)		
RUBENEUTON OLIVEIRA LIMA	127,677	2.2	PFL	13,314	3.4	PTB	(114,363)	1.2		

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Contrariando as expectativas, a maior parte dos deputados teve o seu índice de concentração reduzido, isto é, ficou mais desconcentrada geograficamente. Os poucos candidatos que parecem ter errado a estratégia, e se tornaram mais concentrados, apresentaram variação pequena do seu índice de concentração. Assim, a estratégia de desconcentração adotada pelos candidatos parece ter sido correta, mas não foi suficiente para resultar na sua reeleição. Portanto, será que o erro do deputado foi ter perdido apoio de alguma liderança forte local? Ou será que ele perdeu apoio dentro do partido e o partido lançou mais candidatos nos municípios em que o deputado dominava?

A Tabela 2 mostra os índices QL dos candidatos que perderam por falha própria em 2006, nos municípios em que o candidato obteve maior concentração de votos em 2002 (ajustando pelo tamanho do município). Ela indica que, de maneira geral, os candidatos perderam apoio local de uma eleição para outra. Apesar desta tabela não dizer nada a respeito de outros municípios nos quais o deputado pode ter ganho apoio, e mais do que compensado estas perdas, a perda de apoio local pode ter sido uma das causas do fraco desempenho eleitoral do deputado. Ainda, vale notar que esta perda de apoio local pode ter se dado tanto por estratégia do partido, de reverter mais fundos de campanha para outras regiões do estado, portanto favorecendo candidatos presentes naquelas regiões; quanto por estratégia da liderança local, de apoiar outro candidato do partido; ou ainda por troca de partido da liderança local, uma vez que 2004 foi ano de eleições municipais.

Tabela 2. Índice QL de deputados não reeleitos nos municípios-chave em 2006

Candidato	Partido	Município	QL em 2002	QL em 2006	Varição 2006-2002
JOVINO CANDIDO DA SILVA	PV	Guarulhos	38.6	36.0	(6.71)
		Florinea	10.7	1.1	(89.75)
LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO	PTB	Palmital	43.4	32.3	(25.54)
		São Bento do Sapucaí	39.7	67.2	69.23
TELMA SANDRA AUGUSTO DE SOUZA	PT	Santos	35.3	42.6	20.69
		São Vicente	19.6	12.1	(38.23)
IARA BERNARDI	PT	Votorantim	48.0	22.9	(52.39)
		Sorocaba	38.6	33.4	(13.36)
DURVAL LOPES ORLATO	PT	Jundiaí	60.6	44.8	(26.01)
		Varzea Paulista	46.4	31.6	(31.98)
EUSTÁQUIO LUCIANO ZICA	PT	Bilac	66.4	8.3	(87.57)
		Guarani D'Oeste	32.2	9.0	(71.91)
LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH	PT	Sandovalina	37.0	25.6	(30.85)
		Jacupiranga	10.9	5.3	(50.81)
LUIZ CARLOS DA SILVA	PT	Santo André	32.1	24.0	(25.17)
		Ribeirão Pires	15.2	3.7	(75.67)
ROBERTO GOUVEIA NASCIMENTO	PT	Boa Esperança do Sul	12.8	29.8	132.40
		Guaiçara	10.2	35.7	249.35
ANGELA MORAES GUADAGNIN	PT	São José dos Campos	38.3	24.7	(35.50)
		São Bento do Sapucaí	25.6	30.7	19.99
CLÁUDIO MAGRÃO DE CAMARGO CRÊ	PPS	Rio das Pedras	30.9	38.4	24.26
		Vargem Grande Paulista	25.3	18.7	(25.96)
PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA LIMA	PMDB	Ribeirão dos Índios	86.2	55.4	(35.68)
		Borá	78.6	10.8	(86.31)
ROBSON TUMA	PFL	Serra Negra	19.9	4.1	(79.38)
		Pedra Bela	15.4	56.8	270.16

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

A perda de apoio local aos deputados discutidos acima pode ter sido causada por uma estratégia do partido. A Tabela 3 mostra que a maior parte dos municípios-chave para os deputados não reeleitos sofreu aumento no número efetivo de candidatos lançados pelo seu partido.

Tabela 3. Número Efetivo de candidatos nos municípios-chave dos candidatos em 2006

Partido	Município	NE candidatos no município e partido em 2002	NE candidatos no município e partido em 2006	Varição NE candidatos 2002-2006	Varição percentual 2002-2006
PV	Guarulhos	1.1	1.9	0.8	74%
	Florínea	1.5	5.2	3.6	237%
PTB	Palmital	1.5	1.5	(0.0)	-1%
	São Bento do Sapucaí	2.3	1.7	(0.6)	-26%
PT	Santos	1.9	2.0	0.0	1%
	São Vicente	2.4	2.8	0.4	17%
	Votorantim	1.5	1.7	0.3	18%
	Sorocaba	1.4	2.3	0.9	61%
	Jundiaí	1.3	1.5	0.3	21%
	Várzea Paulista	1.9	2.6	0.7	34%
	Bilac	1.1	3.4	2.3	198%
	Guarani D'Oeste	1.4	2.6	1.2	83%
	Sandovalina	1.5	2.4	0.8	54%
	Jacupiranga	2.5	6.3	3.8	150%
	Santo André	2.6	6.9	4.3	166%
	Ribeirão Pires	4.1	6.3	2.2	54%
Boa Esperança do Sul		4.7	5.0	0.3	7%
	Guaiçara	5.3	1.8	(3.5)	-66%
São José dos Campos		1.2	4.1	2.8	234%
	São Bento do Sapucaí	1.2	1.5	0.3	24%
PPS	Rio das Pedras	2.0	1.3	(0.7)	-35%
	Vargem Grande Paulista	1.1	1.1	(0.0)	-4%
PMDB	Ribeirão dos Índios	1.0	1.0	0.0	3%
	Borá	1.0	1.6	0.6	54%
PFL	Serra Negra	1.2	1.5	0.4	31%
	Pedra Bela	1.2	1.4	0.3	22%

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Uma análise muito parecida com a de 2006 também pode ser feita para 2010. Dos 16 deputados não reeleitos que haviam se candidatado pelo mesmo partido em que haviam sido eleitos em 2006, apenas um não conseguiu se reeleger por falha do partido; o PTB não conseguiu reeleger todos os seus deputados em 2010, e por isso um deputado foi prejudicado com a reeleição (Tabela 4a). Nos outros casos, a falha foi do candidato. Como ocorreu com os candidatos à reeleição em 2006, grande parte dos deputados não reeleitos em 2010 tiveram menos votos nominais em 2010 e também ficaram longe do último eleito pelo partido (Tabela

4b). Apenas três candidatos (do PSDB) tiveram votação acima de 90% daquela do último candidato eleito pelo partido.

Tabela 4a. Não reeleitos em 2010

Partidos	# de Deputados não reeleitos	Índice G médio em 2006 (%)	Índice G médio em 2010 (%)	Varição do Índice G (%)	Varição percentual	Partido elegeu novo deputado
PSDB	8	2.9	3.1	0.2	6.7	sim
PV	3	23.4	21.4	-1.9	-9.1	sim
PTB	1	51.1	34.5	-16.6	-48.2	não
PT	1	2.8	5.0	2.2	44.5	sim
PSC	1	1.0	0.9	-0.2	-22.1	sim
PSB	1	71.5	49.7	-21.8	-44.0	sim
PP	1	9.4	9.2	-0.2	-2.2	sim

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

A análise da estratégia de concentração dos candidatos em 2010 também nos mostra que esta não parece ter sido a causa da falha do candidato. Conforme demonstrado nas Tabelas 4a e 4b, mais da metade dos deputados teve o seu G reduzido, isto é, se desconcentrou da eleição de 2006 para 2010. Além disso, os candidatos que tiveram o seu índice de concentração elevado não o fizeram de forma proeminente. Por isso, a análise dos índices QL se faz importante também para 2010. A Tabela 5 mostra que, com poucas exceções, em 2010, os deputados perderam o apoio daqueles municípios nos quais tiveram maior concentração de votos em 2006.

A perda de apoio nos municípios-chave para os deputados pode ter se dado por estratégia do partido. Conforme demonstrado na Tabela 6, grande parte dos partidos lançou mais candidatos na eleição de 2010 do que na eleição de 2006 nos municípios-chave para os deputados não reeleitos.

Tabela 4b. Não reeleitos em 2010

	2006			2010			Variação 2010-2006			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
	Votos	Índice G (%)	Partido	Votos	Índice G (%)	Partido	Votos	Índice G (%)	% do último eleito	Classif. Suplente
Candidatos que se mantiveram no partido										
JOSE PAULO TOFFANO	43,652	75.2	PV	45,533	46.5	PV	1,881	(28.8)	76	4
FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO	48,749	33.9	PV	41,679	26.7	PV	(7,070)	(7.3)	69	7
TALMIR RODRIGUES	60,407	44.1	PV	31,262	30.3	PV	(29,145)	(13.8)	52	9
FRANCINETO LUZ DE AGUIAR	144,797	2.8	PTB	46,154	5.0	PTB	(98,643)	2.2	39	1
JOSÉ GENOÍNO NETO	98,729	2.9	PT	92,362	3.1	PT	(6,367)	0.2	84	2
VANDERLEI MACRIS	142,510	8.0	PSDB	111,531	16.1	PSDB	(30,979)	8.2	98	1
SILVIO FRANÇA TORRES	131,197	10.6	PSDB	107,035	11.0	PSDB	(24,162)	0.4	94	2
WALTER MEYER FELDMAN	176,495	24.8	PSDB	105,085	35.4	PSDB	(71,410)	10.6	93	3
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	109,150	11.1	PSDB	96,897	21.9	PSDB	(12,253)	10.8	85	6
RENATO FAUVEL AMARY	188,331	32.9	PSDB	95,089	31.5	PSDB	(93,242)	(1.3)	84	7
ANTONIO ADOLPHO LOBBE NETO	117,285	32.0	PSDB	93,243	18.0	PSDB	(24,042)	(14.1)	82	8
ARNALDO DE ABREU MADEIRA	153,302	1.8	PSDB	71,777	2.6	PSDB	(81,525)	0.8	63	10
FERNANDO BARRANCOS CHUCRE	111,048	65.7	PSDB	28,485	34.9	PSDB	(82,563)	(30.9)	25	14
REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	48,631	1.0	PSC	80,172	0.9	PSC	31,541	(0.2)	81	1
MARCO AURÉLIO UBIALI	84,175	71.5	PSB	63,255	49.7	PSB	(20,920)	(21.8)	88	1
ETIVALDO VADÃO GOMES	78,728	9.4	PP	56,277	9.2	PP	(22,451)	(0.2)	86	2
Candidatos que mudaram de partido										
SERGIO ANTONIO NECHAR	42,173	25.8	PV	46,165	18.9	PP	3,992	(6.9)		
WILLIAM BOSS WOO	113,010	10.7	PSDB	83,588	15.3	PPS	(29,422)	4.6		
WALTER SHINDI IIHOSHI	101,097	6.2	PFL	104,400	3.2	DEM	3,303	(3.0)		

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Tabela 5. Índice QL de deputados não reeleitos nos municípios-chave em 2010

Candidato	Partido	Município	QL em 2006	QL em 2010	Varição 2010-2006
JOSE PAULO TOFFANO	PV	Jaú	241.9	193.0	(20.23)
		Mineiros do Tietê	80.4	66.3	(17.56)
FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO	PV	Guaratinguetá	162.4	143.6	(11.57)
		Piquete	126.3	96.2	(23.82)
TALMIR RODRIGUES	PV	Presidente Prudente	112.3	96.6	(13.91)
		Sandovalina	109.5	11.7	(89.30)
JOSÉ GENÓINO NETO	PT	Brejo Alegre	33.0	19.4	(41.27)
		Cosmópolis	4.0	0.8	(80.40)
VANDERLEI MACRIS	PSDB	Nova Odessa	42.1	40.1	(4.67)
		Americana	41.2	59.8	45.26
SILVIO FRANÇA TORRES	PSDB	São José do Rio Pardo	79.0	94.6	19.66
		Mococa	73.4	71.0	(3.35)
WALTER MEYER FELDMAN	PSDB	Suzano	10.8	0.3	(97.38)
		Diadema	4.9	0.3	(93.13)
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	Capela do Alto	69.4	44.0	(36.49)
		Ribeira	68.3	8.4	(87.68)
RENATO FAUVEL AMARY	PSDB	Sorocaba	36.4	35.2	(3.33)
		Quadra	31.5	54.8	74.04
ANTONIO ADOLPHO LOBBE NETO	PSDB	São Carlos	95.2	88.9	(6.59)
		Analândia	89.2	62.1	(30.37)
ARNALDO DE ABREU MADEIRA	PSDB	Taquarituba	61.9	78.8	27.44
		Tejupá	49.9	87.0	74.35
FERNANDO BARRANCOS CHUCRE	PSDB	Carapicuíba	85.8	64.4	(24.89)
		Aracariçuama	9.5	24.9	161.38
REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	PSC	Marabá Paulista	112.7	73.4	(34.85)
		Alto Alegre	88.8	37.2	(58.11)
MARCO AURÉLIO UBIALI	PSB	Franca	99.4	81.7	(17.78)
		Itirapuã	87.0	59.4	(31.77)
ETIVALDO VADÃO GOMES	PP	Estrela d'Oeste	183.6	192.6	4.89
		São João das Duas Pontes	149.3	92.1	(38.29)

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Estes resultados apontam para uma possível falha de coordenação entre o deputado e autoridades locais, como o prefeito, dos municípios nos quais o deputado recebeu a maior parte dos seus votos na eleição anterior, quando foi eleito. Esta falha pode ter sido causada por perda de apoio do deputado junto ao seu partido, que deixou de investir na sua candidatura à reeleição e ainda lançou novos candidatos, resultando em um menor apoio local. Vale notar que esta falha também pode ter sido causada por uma troca da liderança municipal nas eleições locais de 2004 e 2008, que passou a apoiar outro candidato, seja do mesmo partido ou de outro.

Tabela 6. Número Efetivo de candidatos nos municípios-chave dos candidatos em 2010

Partido	Município	NE candidatos no município e partido em 2006	NE candidatos no município e partido em 2010	Varição NE candidatos 2006-2010	Varição percentual 2006-2010
PV	Jaú	1.1	1.1	0.0	1%
	Mineiros do Tietê	1.6	1.4	(0.2)	-12%
	Guaratinguetá	1.1	1.2	0.1	10%
	Piquete	1.2	1.5	0.3	25%
	Presidente Prudente	1.1	1.3	0.2	20%
PT	Sandovalina	1.1	3.2	2.2	205%
	Brejo Alegre	1.6	3.2	1.6	103%
	Cosmópolis	3.3	1.1	(2.2)	-66%
PSDB	Nova Odessa	1.3	1.2	(0.0)	-2%
	Americana	1.2	1.2	0.0	0%
	São José do Rio Pardo	1.1	1.2	0.0	2%
	Mococa	1.2	1.2	(0.0)	-2%
	Suzano	2.3	12.7	10.4	443%
	Diadema	5.4	3.9	(1.5)	-28%
	Capela do Alto	2.2	2.1	(0.1)	-2%
	Ribeira	1.1	1.7	0.6	54%
	Sorocaba	1.7	2.3	0.6	33%
	Quadra	1.9	2.9	1.0	51%
	São Carlos	1.1	1.1	0.0	2%
	Analândia	1.2	1.2	(0.0)	-2%
	Taquarituba	1.4	1.6	0.2	15%
Tejupá	1.5	1.4	(0.1)	-8%	
PSC	Carapicuíba	1.1	2.6	1.6	143%
	Araçariguama	3.8	1.5	(2.2)	-60%
	Marabá Paulista	1.0	1.1	0.0	4%
PSB	Alto Alegre	1.1	1.6	0.5	52%
	Franca	1.0	1.2	0.2	20%
PP	Itirapuã	1.0	1.6	0.6	61%
	Estrela d'Oeste	1.0	1.2	0.2	18%
	São João das Duas Pontes	1.1	1.4	0.4	36%

Fonte: Cepesp Data e cálculos do autor.

Conclusão

Este artigo partiu de uma questão intrigante na literatura sobre reeleição para a Câmara dos Deputados no Brasil: o fato de que muitos dos deputados que concorrem à reeleição não são bem sucedidos - o percentual de não reeleitos, dentre os que concorreram à reeleição, foi de aproximadamente 50 em 2006 e 35 em 2010. A questão mais intrigante é saber onde está a falha ao longo do processo, uma vez que o processo eleitoral é custoso e candidatos não têm incentivo em concorrer sabendo que não têm chances de ganhar.

Com base em dados eleitorais de deputados federais do estado de São Paulo nas eleições de 2002, 2006 e 2010, constatou-se que a estratégia eleitoral dos deputados não reeleitos parece estar correta: eles tentam se desconcentrar ao longo do tempo – levando em consideração que a estratégia ótima dos candidatos é a de se desconcentrar de uma eleição para outra. A falha, portanto, parece estar na coordenação com lideranças locais, seja aquela feita diretamente pelo candidato, seja aquela feita pelo partido.

Este artigo não visa exaurir o tema. Assim, uma investigação detalhada sobre o que está causando a falha de coordenação deve ser perseguida em trabalhos futuros. Além disso, este trabalho optou por focar apenas no estado de São Paulo; um desenvolvimento natural deve ser a expansão da análise para o restante do país.

Referências Bibliográficas

- AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, p. 324, 1995a.
- AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, v. 39, p. 406–433, 1995b.
- ANDRÉ, A.; DEPAUW, S.; DESCHOUWER, K. Legislators' local roots: Disentangling the effect of district magnitude. **Party Politics**, v. 5, 9 out. 2012.
- ARNOLD, R. D. **The Logic of Congressional Action**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; PERES, G. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 54, p. 319–347, 2011.
- BENDAVID-VAL, A. **Regional and Local Economic Analysis for Practitioners**. Westport, Connecticut and London: Praeger, 1991. p. 238
- BERGMAN, M. E.; SHUGART, M. S.; WATT, K. A. Patterns of Intraparty Competition in Open-list & SNTV Systems. **Electoral Studies**, v. 32, p. 321–333, jun. 2013.
- CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1987.
- CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v. 14, p. 417–439, 1995.
- COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1993.
- KATZ, R. S. Intraparty Preference Voting. In: GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (Eds.). **Electoral Laws and Their Political Consequences**. New York, NY: Agathon Press, 1986.
- MAINWARING, S. Politicians, Parties, and Electoral Systems Brazil in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, v. 24, p. 21–43, 1991.
- MAYHEW, D. R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.
- NEMOTO, K.; SHUGART, M. S. Localism and coordination under three different electoral systems: The national district of the Japanese House of Councillors. **Electoral Studies**, v. 32, p. 1–12, mar. 2013.
- NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 2, p. 219–236, 2002.

SAMUELS, D. J. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 32, p. 487–518, 1999.

SHUGART, M. S.; VALDINI, M. E.; SUOMINEN, K. Looking for Locals: Voter Information Demands and Personal Vote-Earning Attributes of Legislators under Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, v. 49, p. 437–449, 2005.

TAVITS, M. Effect of Local Ties On Electoral Success and Parliamentary Behaviour: The Case of Estonia. **Party Politics**, v. 16, n. 2, p. 215–235, 21 set. 2010.